

# SMC\_Resultados 2024



Santa Maria Comercialização e  
Serviços de Energia Ltda.

**Demonstrações Financeiras individuais e  
consolidadas de 2024**

Rua Aurélio Gatti, 22  
Esplanada - Colatina/ES  
CEP: 29702-642  
Tel.: (27) 2101-2323

## SUMÁRIO

<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>3</b>
BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO .....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS .....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	7
<b>NOTAS EXPLICATIVAS.....</b>	<b>8</b>
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. ENTIDADES CONTROLADAS .....	8
3. BASE DE PREPARAÇÃO.....	8
4. INFORMAÇÕES MATERIAIS DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	11
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	13
6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS .....	14
7. TRIBUTOS .....	15
8. INVESTIMENTOS.....	20
9. IMOBILIZADO.....	22
10. INTANGÍVEL .....	23
11. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS .....	23
12. FORNECEDORES .....	25
13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS .....	25
14. DEPÓSITO CAUÇÃO .....	26
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	26
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	27
17. CUSTOS E OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	27
18. RESULTADO FINANCEIRO.....	30
19. IMPOSTOS.....	30
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	32
21. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS .....	36
<b>CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS .....</b>	<b>39</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balancos patrimoniais – Ativo

Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

### Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.117	16.371	31.497	18.524
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	48.619	18.780	49.235	19.047
Tributos correntes	7.1	1.851	550	1.851	550
Tributos diferidos	7.2	-	1.103	-	1.103
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	19.355	30.698	19.355	30.698
Despesas pagas antecipadamente		14	14	14	14
Outros ativos circulantes		186	27	211	36
<b>Total do circulante</b>		<b>97.142</b>	<b>67.543</b>	<b>102.163</b>	<b>69.972</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos diferidos	7.2	12.281	8.392	12.281	8.392
Mútuos		177	166	177	166
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	181.265	140.404	181.265	140.404
Despesas pagas antecipadamente		37	-	37	-
Investimentos	8	4.573	2.232	29	-
Imobilizado	9	296	282	327	322
Intangível	10	53	67	53	67
Direito de uso de ativos	11.1	251	328	251	328
<b>Total do não circulante</b>		<b>198.933</b>	<b>151.871</b>	<b>194.420</b>	<b>149.679</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>296.075</b>	<b>219.414</b>	<b>296.583</b>	<b>219.651</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balanços patrimoniais – Passivo

## Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

 Balanços patrimoniais  
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	12	47.369	16.439	47.371	16.439
Arrendamentos	11.2	145	76	145	76
Obrigações sociais e trabalhistas	13	449	352	704	480
Tributos	7.1	2.538	2.125	2.789	2.234
Tributos diferidos	7.2	1.790	2.840	1.790	2.840
Depósito caução	14	430	430	430	430
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	-	11.927	-	11.927
Outros passivos circulantes		320	14	320	14
<b>Total do circulante</b>		<b>53.041</b>	<b>34.203</b>	<b>53.549</b>	<b>34.440</b>
<b>Não circulante</b>					
Arrendamentos	11.2	41	94	41	94
Tributos diferidos	7.2	37.588	34.109	37.588	34.109
Depósito caução	14	1.869	1.576	1.869	1.576
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	132.766	90.720	132.766	90.720
<b>Total do não circulante</b>		<b>172.264</b>	<b>126.499</b>	<b>172.264</b>	<b>126.499</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	15.1	20.000	10.000	20.000	10.000
Reservas de lucro	15.2	50.770	48.712	50.770	48.712
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>70.770</b>	<b>58.712</b>	<b>70.770</b>	<b>58.712</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>296.075</b>	<b>219.414</b>	<b>296.583</b>	<b>219.651</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos resultados dos exercícios

## Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

## Demonstrações dos resultados dos exercícios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional líquida</b>	16	<b>327.848</b>	<b>153.438</b>	<b>334.007</b>	<b>156.345</b>
<b>Custos operacionais</b>		<b>(303.999)</b>	<b>(145.942)</b>	<b>(305.100)</b>	<b>(146.508)</b>
Custo com energia elétrica	17	(299.384)	(143.492)	(299.384)	(143.492)
Custo de operação	17	(4.615)	(2.450)	(5.716)	(3.016)
<b>Lucro bruto</b>		<b>23.849</b>	<b>7.496</b>	<b>28.907</b>	<b>9.837</b>
Outras receitas (despesas) operacionais	17	(2.517)	27.774	(2.579)	27.768
<b>Lucro operacional</b>		<b>21.332</b>	<b>35.270</b>	<b>26.328</b>	<b>37.605</b>
Resultado da equivalência patrimonial	8	4.450	2.132	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>25.782</b>	<b>37.402</b>	<b>26.328</b>	<b>37.605</b>
<b>Resultado financeiro</b>	18	<b>1.955</b>	<b>1.565</b>	<b>2.183</b>	<b>1.729</b>
Receitas financeiras		1.995	1.605	2.223	1.769
Despesas financeiras		(40)	(40)	(40)	(40)
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>27.737</b>	<b>38.967</b>	<b>28.511</b>	<b>39.334</b>
<b>Impostos</b>	19	<b>(7.967)</b>	<b>(12.543)</b>	<b>(8.741)</b>	<b>(12.910)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.268)	(2.811)	(9.042)	(3.178)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		301	(9.732)	301	(9.732)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>19.770</b>	<b>26.424</b>	<b>19.770</b>	<b>26.424</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares reais)

	Reservas de lucro				Total
	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício a deliberar	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>10.000</b>	<b>23.564</b>	-	-	<b>33.564</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.424	26.424
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:					
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	26.424	-	(26.424)	-
Distribuição de lucros	-	(1.276)	-	-	(1.276)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>10.000</b>	<b>48.712</b>	-	-	<b>58.712</b>
Integralização de capital social	10.000	-	-	-	10.000
Distribuição de lucros	-	(7.712)	-	-	(7.712)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.770	19.770
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:					
Lucro do exercício a deliberar	-	-	19.770	(19.770)	-
Antecipação de lucros	-	-	(10.000)	-	(10.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>20.000</b>	<b>41.000</b>	<b>9.770</b>	-	<b>70.770</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

## Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado antes dos impostos		27.737	38.967	28.511	39.334
<b>Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa</b>					
Resultado da equivalência patrimonial	8.1	(4.450)	(2.132)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	545	(28.351)	545	(28.351)
Depreciação e amortização	9 e 10	74	33	83	40
Depreciação do direito de uso	11.1	177	159	177	159
		<b>24.083</b>	<b>8.676</b>	<b>29.316</b>	<b>11.182</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	(29.839)	(3.917)	(30.188)	(4.000)
Tributos correntes	7	(1.301)	703	(1.301)	703
Despesas pagas antecipadamente		(37)	(14)	(37)	(14)
Outros ativos circulantes		(159)	(20)	(175)	(21)
		<b>(31.336)</b>	<b>(3.248)</b>	<b>(31.701)</b>	<b>(3.332)</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>					
Fornecedores	12	30.930	2.008	30.932	2.008
Arrendamentos	11.2	100	12	100	12
Obrigações sociais e trabalhistas	13	97	143	224	261
Tributos	7	413	753	555	804
Depósito caução	14	293	906	293	904
Outros passivos circulantes		306	14	306	14
		<b>32.139</b>	<b>3.836</b>	<b>32.410</b>	<b>4.003</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>					
Imposto de renda e contribuição social	19	(8.268)	(2.811)	(9.042)	(3.178)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>16.618</b>	<b>6.453</b>	<b>20.983</b>	<b>8.675</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Adições ao imobilizado e intangível	9 e 10	(74)	(240)	(29)	(281)
Adições ao direito de uso	11.1	(100)	(12)	(74)	(12)
Outros investimentos		(23)	-	(100)	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>(197)</b>	<b>(252)</b>	<b>(203)</b>	<b>(293)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Amortização de principal e encargos sobre arrendamentos	11.2	(108)	(92)	(108)	(92)
Encargos sobre arrendamentos	11.2	24	25	24	25
Mútuos concedidos		-	(166)	-	(166)
Encargos sobre mútuos concedidos		(11)	-	(11)	-
Distribuição de lucros	15.3	(7.712)	(1.276)	(7.712)	(1.276)
Antecipação de lucros	15.3	(10.000)	-	(10.000)	-
Recebimento de lucros e dividendos	8.1	2.132	1.438	-	-
Integralização de capital social	15.2	10.000	-	10.000	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>(5.675)</b>	<b>(71)</b>	<b>(7.807)</b>	<b>(1.509)</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>10.746</b>	<b>6.130</b>	<b>12.973</b>	<b>6.873</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.371	10.241	18.524	11.651
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>10.746</b>	<b>6.130</b>	<b>12.973</b>	<b>6.873</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		27.117	16.371	31.497	18.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

#### Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (“SMC” ou “Companhia”) é uma sociedade empresária limitada, de direito privado, controlada em conjunto pelas empresas Santa Maria Participações S.A. e Espírito Santo Energia e Participações Ltda., sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A Companhia foi constituída no dia 14 de novembro de 2018 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação; e (ii) a prestação de serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial, incluindo a gestão de empreendimentos relacionados à energia elétrica.

A autorização para atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) foi obtida por meio do Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 701, de 12 de março de 2019.

#### 2. Entidades controladas

Controladas relevantes	Nota	País	Participação no capital social	
			31/12/2024	31/12/2023
<b>Direta</b>				
Santa Maria Consultoria e Gestão de Energia Ltda.	8	Brasil	100,00%	100,00%

#### 3. Base de preparação

##### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) estabelecidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Assim, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no

pressuposto de continuidade operacional. As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) patrimônio líquido expressivo; (ii) potencial de geração de caixa operacional; e (iii) histórico de lucros nos últimos exercícios sociais.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Administradores em 17 de março 2025.

### 3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

### 3.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados reais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida em contrapartida do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia concluiu que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

## Resultados de 2024

### 3.6 Reapresentação de saldos comparativos

A Companhia identificou a necessidade de refazer a divulgação de determinadas informações nas notas explicativas das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 2023. Essa revisão não resultou em alterações nos saldos apresentados, mas teve como objetivo aprimorar a transparência e a clareza das informações prestadas.

As modificações realizadas visam fornecer um maior detalhamento das operações com partes relacionadas, conforme abertura apresentada na Nota Explicativa nº 21. As reapresentações realizadas, se encontram detalhadas a seguir:

#### • Nota Explicativa nº 16 – Receita Operacional Líquida

	Controladora 2023			Consolidado 2023		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>						
<b>Receita operacional bruta</b>						
Comercialização de energia elétrica	136.087	8	136.095	136.087	8	136.095
Comercialização de energia elétrica - Partes relacionadas	40.842	(8)	40.834	40.842	(8)	40.834
Outras receitas operacionais	74	-	74	3.155	(190)	2.965
Outras receitas operacionais - Partes relacionadas	-	-	-	-	190	190
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>177.003</b>	<b>-</b>	<b>177.003</b>	<b>180.084</b>	<b>-</b>	<b>180.084</b>
<b>Tributos sobre a receita</b>	<b>(23.565)</b>	<b>-</b>	<b>(23.565)</b>	<b>(23.739)</b>	<b>-</b>	<b>(23.739)</b>
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>153.438</b>	<b>-</b>	<b>153.438</b>	<b>156.345</b>	<b>-</b>	<b>156.345</b>

#### • Nota Explicativa nº 17 – Custos e outras receitas e despesas operacionais

Natureza de gastos	Controladora 2023			Consolidado 2023		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Energia elétrica comprada para revenda	(143.241)	11.422	(131.819)	(143.241)	11.422	(131.819)
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	-	(11.422)	(11.422)	-	(11.422)	(11.422)
Outros custos, receitas e despesas operacionais	25.073	-	25.073	24.501	-	24.501
<b>Total</b>	<b>(118.168)</b>	<b>-</b>	<b>(118.168)</b>	<b>(118.740)</b>	<b>-</b>	<b>(118.740)</b>

### **4. Informações materiais das políticas contábeis**

As informações materiais das políticas contábeis adotadas pela Companhia se encontram descritas em detalhes nas notas explicativas próprias e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **4.1 Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota Explicativa nº 8).

A Companhia efetua a consolidação integral de sua controlada em suas demonstrações financeiras. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de sua controlada são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

Os critérios contábeis adotados para a consolidação das demonstrações financeiras foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora na sua controlada;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e sua controlada; e
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia.

##### **4.1.1 Perda de controle**

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e quaisquer outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

### 4.2 Adoção das IFRSs novas e revisadas

#### 4.2.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 (janeiro de 2020) impactam apenas a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial, sem alterar valores ou reconhecimento de ativos, passivos, receitas ou despesas. A classificação se baseia nos direitos existentes na data do balanço, independentemente de expectativas sobre o exercício desses direitos, e considera o cumprimento de cláusulas restritivas nessa data. A definição de "liquidação" foi introduzida, referindo-se à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações determinam que apenas "covenants" exigidos até o final do período de relatório afetam o direito de uma entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos 12 meses após essa data, mesmo que o cumprimento seja avaliado posteriormente. Direitos de postergação não são afetados por "covenants" a serem cumpridos após o período de relatório, mas, se forem exigidos dentro dos 12 meses seguintes, a entidade deve divulgar informações para que usuários entendam o risco de liquidação antecipada. Essas informações incluem detalhes dos "covenants", valores contábeis dos passivos relacionados e possíveis dificuldades de cumprimento.
Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações à IAS 7 e à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores, permitindo que os usuários avaliem os efeitos desses acordos sobre passivos e fluxos de caixa. As entidades devem informar: (i) termos e condições dos acordos, (ii) valores contábeis dos passivos relacionados, (iii) valores pagos aos fornecedores, (iv) faixas de vencimento dos passivos financeiros e contas a pagar, e (v) informações sobre risco de liquidez.
Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	As alterações ao IFRS 16 estabelecem novas exigências para a mensuração subsequente de transações de "sale and leaseback" alinhadas ao CPC 47 (IFRS 15). O vendedor-arrendatário deve determinar os "pagamentos de arrendamento" de modo que não reconheça ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido após a data de início. Isso evita o reconhecimento de ganho devido à remensuração do passivo de arrendamento. As alterações incluem novos exemplos ilustrativos sobre a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, e esclarecem que o passivo em uma transação de "sale and leaseback" qualificada como venda é um passivo de arrendamento.

#### 4.2.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações à IAS 21 definem como avaliar se uma moeda é conversível por outra e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A moeda é considerada conversível quando a entidade pode obter outra moeda dentro de um prazo razoável e por meio de um mecanismo de mercado. Se a conversibilidade for limitada, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista para refletir as condições econômicas vigentes. A entidade pode usar taxas de câmbio observáveis ou outras técnicas de estimativa. As alterações também exigem divulgação de como a conversibilidade afeta o desempenho financeiro da entidade. Além disso, um novo apêndice foi adicionado à IAS 21 com orientações e exemplos ilustrativos. Essas mudanças são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025, com adoção antecipada permitida, mas não podem ser aplicadas retrospectivamente.
IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo muitas de suas exigências e adicionando novas. Algumas exigências da IAS 1 foram transferidas para a IAS 8, IFRS 7 e outras normas. A IFRS 18 introduz novas obrigações, como a apresentação de categorias e subtópicos específicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e melhorias na agregação e desagregação de informações. A IFRS 18 deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas outras normas entram em vigor quando a IFRS 18 for adotada e devem ser aplicadas retrospectivamente com disposições de transição.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis forneçam divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras, desde que não tenham responsabilidade pública e que sua controladora final ou intermediária prepare demonstrações financeiras consolidadas conforme as IFRS. A norma é opcional para essas subsidiárias e exige que elas atendam a critérios específicos, como não ter instrumentos negociados publicamente e não atuar em áreas de responsabilidade pública, como bancos e seguradoras. A IFRS 19 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Se adotada antecipadamente, a entidade deve seguir exigências de divulgação modificadas.

Exceto em relação às alterações trazidas pelo IFRS 18 – apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, a Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim representado:

Composição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários à vista	1.046	463	1.426	558
Aplicações financeiras de curto prazo	26.071	15.908	30.071	17.966
<b>Total</b>	<b>27.117</b>	<b>16.371</b>	<b>31.497</b>	<b>18.524</b>

As aplicações estão distribuídas em várias Instituições Financeiras em fundos de renda fixa e CDI, com rentabilidade variando entre 97% e 110% do CDI. Possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade, são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado, e existe compromisso de recompra do CDB pelas instituições financeiras emissoras.

## 6. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Os saldos de consumidores são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado e são provenientes de contratos de comercialização de energia firmados. Os vencimentos são negociados livremente pelas partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

Controladora							
Classe de consumo	Valores correntes				PECLD (a)	31/12/2024	31/12/2023
	A Vencer	Vencido					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 270 dias			
<b>Fornecimento faturado</b>							
Industrial	4.242	307	2	-	(116)	4.435	3.154
Industrial - Partes relacionadas	1.010	-	-	-	(5)	1.005	1.098
Comercial	23.868	26	-	-	(137)	23.757	4.619
Rural	449	-	-	-	(3)	446	-
Rural - Partes relacionadas	5	-	-	-	-	5	-
Poderes públicos	2.040	-	-	-	(11)	2.029	474
	<b>31.614</b>	<b>333</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>(272)</b>	<b>31.677</b>	<b>9.345</b>
<b>Concessionárias e permissionárias</b>							
Suprimento – Concessionárias (c)	9.037	1.130	1.416	1.036	(49)	12.570	6.013
Suprimento - Concessionárias - Partes Relacionadas (b)	3.284	-	-	-	(18)	3.266	3.385
Suprimento - CCEE (d)	1.106	-	-	-	-	1.106	37
	<b>13.427</b>	<b>1.130</b>	<b>1.416</b>	<b>1.036</b>	<b>(67)</b>	<b>16.942</b>	<b>9.435</b>
<b>Total</b>	<b>45.041</b>	<b>1.463</b>	<b>1.418</b>	<b>1.036</b>	<b>(339)</b>	<b>48.619</b>	<b>18.780</b>

Consolidado							
Classe de consumo	Valores correntes				PECLD (a)	31/12/2024	31/12/2023
	A Vencer	Vencido					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 270 dias			
<b>Fornecimento faturado</b>							
Industrial	4.242	307	2	-	(116)	4.435	3.154
Industrial - Partes relacionadas	1.010	-	-	-	(5)	1.005	1.098
Comercial	23.868	26	-	-	(137)	23.757	4.619
Rural	449	-	-	-	(3)	446	-
Rural - Partes relacionadas	5	-	-	-	-	5	-
Poderes públicos	2.040	-	-	-	(11)	2.029	474
	<b>31.614</b>	<b>333</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>(272)</b>	<b>31.677</b>	<b>9.345</b>
<b>Concessionárias e permissionárias</b>							
Suprimento – Concessionárias (c)	9.037	1.130	1.416	1.036	(49)	12.570	6.013
Suprimento - Concessionárias - Partes Relacionadas (b)	3.284	-	-	-	(18)	3.266	3.385
Suprimento - CCEE (d)	1.106	-	-	-	-	1.106	37
	<b>13.427</b>	<b>1.130</b>	<b>1.416</b>	<b>1.036</b>	<b>(67)</b>	<b>16.942</b>	<b>9.435</b>
<b>Contas a receber</b>							
Prestação de serviços	569	69	7	4	(47)	602	260
Prestação de serviços - Partes Relacionadas	15	-	-	-	(1)	14	7
	<b>584</b>	<b>69</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>(48)</b>	<b>616</b>	<b>267</b>
<b>Total</b>	<b>45.625</b>	<b>1.532</b>	<b>1.425</b>	<b>1.040</b>	<b>(387)</b>	<b>49.235</b>	<b>19.047</b>

## Resultados de 2024

- (a) **Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa – PECLD:** Os valores relativos à PECLD foram constituídos com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento. Para a mensuração e reconhecimento dos valores, foi aplicado um percentual calculado a partir do histórico de inadimplência apurados de acordo com a política interna da Companhia. Os valores reconhecidos refletem a melhor expectativa da Administração e são considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.
- (b) **Suprimento – Concessionárias – Partes Relacionadas:** Refere-se ao contrato de comercialização de energia firmado junto à Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
- (c) **Suprimento – Concessionárias:** Refere-se a contratos de comercialização de energia firmados com outras concessionárias de energia elétrica não pertencentes ao mesmo grupo econômico.
- (d) **Suprimento – CCEE:** Refere-se ao resultado proveniente da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”) no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2024. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

## 7. Tributos

### 7.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

Composição	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos compensáveis</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.057	367
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	353	151
Programa de integração social – PIS	74	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	336	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	31	32
<b>Total</b>	<b>1.851</b>	<b>550</b>
<b>Passivos a recolher</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	234
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	88
Programa de integração social - PIS	9	24
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	43	114
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.444	1.622
Instituto nacional de seguridade social - INSS	26	25
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	9	9
Impostos Retidos na Fonte	7	3
Outros	-	6
<b>Total</b>	<b>2.538</b>	<b>2.125</b>

## Resultados de 2024

<b>Composição</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativos compensáveis</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.057	367
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	353	151
Programa de integração social - PIS	74	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	336	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	31	32
<b>Total</b>	<b>1.851</b>	<b>550</b>
<b>Passivos a recolher</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	160	300
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	54	111
Programa de integração social - PIS	10	24
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	48	115
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.444	1.622
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	14	6
Instituto nacional de seguridade social - INSS	38	35
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	13	12
Impostos Retidos na Fonte	8	3
Outros	-	6
<b>Total</b>	<b>2.789</b>	<b>2.234</b>

A movimentação dos tributos no período está demonstrada a seguir:

Composição							Controladora
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualizações Monetárias	Pagamentos	Compensações / Restituições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
<b>Ativos compensáveis</b>							
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	367	1.057	6	-	(373)	-	1.057
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	151	401	2	-	(1)	(200)	353
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	586	-	-	-	(586)	-
Programa de integração social - PIS	-	5.478	-	-	-	(5.404)	74
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	25.228	-	-	-	(24.892)	336
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	32	304	-	-	-	(305)	31
<b>Total</b>	<b>550</b>	<b>33.054</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>(374)</b>	<b>(31.387)</b>	<b>1.851</b>
<b>Passivos a recolher</b>							
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	234	7.027	-	(6.672)	-	(589)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	88	2.541	-	(2.581)	-	(48)	-
Programa de integração social - PIS	24	5.974	-	(585)	-	(5.404)	9
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	114	27.537	-	(2.565)	-	(25.043)	43
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.622	13.908	-	(12.781)	-	(305)	2.444
Instituto nacional de seguridade social - INSS	25	351	-	(350)	-	-	26
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	9	85	-	(85)	-	-	9
Impostos Retidos na Fonte	3	56	-	(54)	-	2	7
Outros	6	-	-	(6)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.125</b>	<b>57.479</b>	<b>-</b>	<b>(25.679)</b>	<b>-</b>	<b>(31.387)</b>	<b>2.538</b>

## Resultados de 2024

Consolidado

Composição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualizações Monetárias	Pagamentos	Compensações / Restituições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
<b>Ativos compensáveis</b>							
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	367	1.057	6	-	(373)	-	1.057
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	151	455	2	-	(1)	(254)	353
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	712	-	-	-	(712)	-
Programa de integração social - PIS	-	5.513	-	-	-	(5.439)	74
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	25.389	-	-	-	(25.053)	336
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	32	304	-	-	-	(305)	31
<b>Total</b>	<b>550</b>	<b>33.430</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>(374)</b>	<b>(31.763)</b>	<b>1.851</b>
<b>Passivos a recolher</b>							
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	300	7.590	-	(7.015)	-	(715)	160
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	111	2.753	-	(2.708)	-	(102)	54
Programa de integração social - PIS	24	6.017	-	(592)	-	(5.439)	10
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	115	27.733	-	(2.596)	-	(25.204)	48
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.622	13.908	-	(12.781)	-	(305)	2.444
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	6	130	-	(122)	-	-	14
Instituto nacional de seguridade social - INSS	35	502	-	(499)	-	-	38
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	12	118	-	(117)	-	-	13
Impostos Retidos na Fonte	3	57	-	(54)	-	2	8
Outros	6	-	-	(6)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.234</b>	<b>58.808</b>	<b>-</b>	<b>(26.490)</b>	<b>-</b>	<b>(31.763)</b>	<b>2.789</b>

## Resultados de 2024

### 7.2 Tributos diferidos

Os tributos diferidos possuem o mesmo montante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e estão assim representados:

Composição	Ativo			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Programa de integração social - PIS	-	197	2.191	1.497
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	906	10.090	6.895
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.103</b>	<b>12.281</b>	<b>8.392</b>

  

Composição	Passivo			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	15.309	15.530
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	5.512	5.591
Programa de integração social - PIS	319	507	2.991	2.317
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.471	2.333	13.776	10.671
<b>Total</b>	<b>1.790</b>	<b>2.840</b>	<b>37.588</b>	<b>34.109</b>

#### 7.2.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos apresentam a seguinte natureza:

Composição	Ativo			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Base de cálculo	PIS + COFINS	Base de cálculo	PIS + COFINS
Instrumentos financeiros derivativos	132.766	12.281	102.647	9.495
<b>Total</b>	<b>132.766</b>	<b>12.281</b>	<b>102.647</b>	<b>9.495</b>

  

Composição	Ativo			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS	-	197	2.191	1.497
COFINS	-	906	10.090	6.895
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.103</b>	<b>12.281</b>	<b>8.392</b>

  

Composição	Passivo			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Base de cálculo	PIS + COFINS	Base de cálculo	PIS + COFINS
Instrumentos financeiros derivativos	200.620	18.557	171.102	15.828
<b>Total</b>	<b>200.620</b>	<b>18.557</b>	<b>171.102</b>	<b>15.828</b>

  

Composição	Passivo			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS	319	507	2.991	2.317
COFINS	1.471	2.333	13.776	10.671
<b>Total</b>	<b>1.790</b>	<b>2.840</b>	<b>16.767</b>	<b>12.988</b>

### 7.2.2 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, considerando as alíquotas vigentes, conforme as disposições do CPC 32 – Tributos sobre o lucro, e são reconhecidos de acordo com a transação que os originou. São apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, de acordo com o CPC 32.

Composição	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	(68)
Base negativa da contribuição social	-	-	-	-	-	(24)
	-	-	-	-	-	(92)
<b>Diferenças temporárias</b>						
PECLD	115	-	-	-	115	-
Instrumentos financeiros derivativos	40.966	31.672	61.902	52.793	186	(9.640)
	<b>41.081</b>	<b>31.672</b>	<b>61.902</b>	<b>52.793</b>	<b>301</b>	<b>(9.640)</b>
<b>Total bruto</b>	<b>41.081</b>	<b>31.672</b>	<b>61.902</b>	<b>52.793</b>	<b>301</b>	<b>(9.732)</b>
Compensação entre ativos e passivos diferidos	(41.081)	(31.672)	(41.081)	(31.672)		
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.821</b>	<b>21.121</b>		

## 8. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o investimento na Santa Maria Consultoria e Gestão de Energia Ltda., na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% do capital, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos, nas demonstrações individuais e consolidadas são avaliados ao valor justo.

Composição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Investimentos em Controladas</b>				
Santa Maria Consultoria e Gestão de Energia Ltda	4.550	2.232	-	-
	<b>4.550</b>	<b>2.232</b>	-	-
<b>Outros investimentos</b>				
Demais participações	23	-	29	-
	<b>23</b>	-	<b>29</b>	-
<b>Total</b>	<b>4.573</b>	<b>2.232</b>	<b>29</b>	-

8.1 Investimento em controladas

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Santa Maria Consultoria e Gestão de Energia Ltda. (a)</b>		
Patrimônio líquido	4.550	2.232
Resultado líquido do exercício	4.450	2.132
<b>Participação – 100%</b>	<b>4.550</b>	<b>2.232</b>
<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>4.450</b>	<b>2.132</b>

- (a) **Santa Maria Consultoria e Gestão de Energia Ltda.** É uma sociedade empresária limitada unipessoal, controlada integral da Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda., sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil, tendo sido constituída em 16 de dezembro de 2021 com o seguinte objeto social: (i) prestar serviços de assessoria e consultoria técnica a consumidores de energia em suas diferentes formas e modalidades, bem como a outros clientes; (ii) prestar serviços de consultoria em gestão empresarial, incluindo a gestão de empreendimentos relacionados à energia elétrica; (iii) prestar serviços de intermediação de negócios e assessoria, referentes a prospecção de oportunidades em energia elétrica, investimentos financeiros, negócios, parcerias, indicações para venda de serviços e/ou produtos junto à potenciais terceiros interessados; (iv) desenvolver todas as atividades e prestar todos os serviços associados ou necessários às atividades de comercialização de energia, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico brasileiro, considerados os aspectos físico, operacional e financeiro de tais atividades e suas repercussões; e (v) desenvolver todas as atividades e prestar todos os serviços associados ou relacionados à eficiência energética, em suas diferentes formas e modalidades.

<b>Santa Maria Consultoria e Gestão de Energia Ltda.</b>		
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Quotas detidas pela Companhia (Mil)	100.000	100.000
% de participação da Companhia	100%	100%
Ativos circulantes	5.021	2.429
Ativos não circulantes	37	40
Passivos circulantes	508	237
Passivos não circulantes	-	-
Patrimônio líquido	4.550	2.232
Receitas	6.159	2.907
Lucro líquido do exercício	4.450	2.132

## 9. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e que representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

				<b>Controladora</b>	
<b>Composição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	164	(57)	107	69	
Móveis e utensílios	85	(17)	68	60	
Veículos	161	(40)	121	153	
<b>Total do imobilizado</b>	<b>410</b>	<b>(114)</b>	<b>296</b>	<b>282</b>	

  

				<b>Consolidado</b>	
<b>Composição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	210	(72)	138	109	
Móveis e Utensílios	85	(17)	68	60	
Veículos	161	(40)	121	153	
<b>Total do imobilizado</b>	<b>456</b>	<b>(129)</b>	<b>327</b>	<b>322</b>	

A movimentação do imobilizado é apresentada como segue:

				<b>Controladora</b>	
<b>Movimentação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	69	59	(21)	107	
Móveis e Utensílios	60	15	(7)	68	
Veículos	153	-	(32)	121	
<b>Total do imobilizado</b>	<b>282</b>	<b>74</b>	<b>(60)</b>	<b>296</b>	

  

				<b>Consolidado</b>	
<b>Movimentação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	109	59	(30)	138	
Móveis e Utensílios	60	15	(7)	68	
Veículos	153	-	(32)	121	
<b>Total do imobilizado</b>	<b>322</b>	<b>74</b>	<b>(69)</b>	<b>327</b>	

### 10. Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada, a partir da data em que estão disponíveis para uso, pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas destes ativos já que este método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o intangível possui o mesmo montante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e está assim representado:

<b>Composição</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>
Software	72	(19)	53	67
<b>Total do intangível</b>	<b>72</b>	<b>(19)</b>	<b>53</b>	<b>67</b>

A movimentação do intangível é apresentada como segue:

<b>Movimentação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortização</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>
Software	67	-	(14)	53
<b>Total do intangível</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>(14)</b>	<b>53</b>

### 11. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

#### 11.1 Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento (exceto reavaliação cambial).

O custo do ativo de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de desconto na data de início do arrendamento, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data do reconhecimento inicial, bem como a estimativa de custos de restauração a serem incorridos pelo arrendatário ao final do contrato, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo e o valor residual conforme a política de ativo imobilizado.

## Resultados de 2024

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

<b>Composição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>
<b>Direito de uso</b>				
Edificações (i)	544	(372)	172	328
Veículos (ii)	94	(15)	79	-
<b>Total do Direito de uso</b>	<b>638</b>	<b>(387)</b>	<b>251</b>	<b>328</b>

(i) **Edificações:** Refere-se as instalações da filial, localizada em Vitória, Espírito Santo.

(ii) **Veículos:** Refere-se ao contrato de locação de dois veículos.

A movimentação do direito de uso de ativos é apresentada como segue:

<b>Movimentação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>
<b>Direito de uso</b>				
Edificações	328	6	(162)	172
Veículos	-	94	(15)	79
<b>Total do Direito de uso</b>	<b>328</b>	<b>100</b>	<b>(177)</b>	<b>251</b>

### 11.2 Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber.

O valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

<b>Operação</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Características da operação</b>		<b>31/12/2024</b>			<b>31/12/2023</b>
		<b>Periodicidade de amortização</b>	<b>Taxa de juros a.a. (i)</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Edificações	03/02/2026	Mensal	13,00%	90	8	98	170
Veículos	16/08/2026	Mensal	17,97%	55	33	88	-
<b>Total</b>				<b>145</b>	<b>41</b>	<b>186</b>	<b>170</b>

(i) **Taxa de juros a.a.:** A Companhia definiu a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal, praticada no mercado, para captação de recursos em montante suficiente para aquisição de um imóvel com características semelhantes.

## Resultados de 2024

A movimentação do arrendamento é apresentada como segue:

<b>Movimentação</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>64</b>	<b>161</b>	<b>225</b>
Ingressos	3	9	12
Encargos	25	-	25
Amortizações (principal e encargos)	(92)	-	(92)
Transferências	76	(76)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>76</b>	<b>94</b>	<b>170</b>
Ingressos	55	45	100
Encargos	24	-	24
Amortizações (principal e encargos)	(108)	-	(108)
Transferências	98	(98)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>145</b>	<b>41</b>	<b>186</b>

Os vencimentos das parcelas de longo prazo possuem o seguinte escalonamento:

<b>Parcelas - Não circulante</b>	<b>R\$</b>
2026	43
<b>Valores não descontados</b>	<b>43</b>
Juros embutidos	(2)
<b>Saldo do passivo não circulante de arrendamento</b>	<b>41</b>

## 12. Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto da seguinte forma:

<b>Composição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Compra de energia elétrica	42.052	15.362	42.052	15.362
Compra de energia elétrica - Partes relacionadas	1.289	987	1.289	987
Suprimento - CCEE	3.962	-	3.962	-
Materiais e serviços	66	90	68	90
<b>Total</b>	<b>47.369</b>	<b>16.439</b>	<b>47.371</b>	<b>16.439</b>

## 13. Obrigações sociais e trabalhistas

<b>Composição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Folha de pagamento líquida	209	160	340	227
Férias a pagar (incluindo encargos sociais)	144	112	219	143
Tributos retidos na fonte	90	75	137	103
Previdência privada	6	5	8	7
<b>Total</b>	<b>449</b>	<b>352</b>	<b>704</b>	<b>480</b>

## Resultados de 2024

### 14. Depósito caução

Se referem aos depósitos efetuados como garantia para cumprimento dos contratos de comercialização de energia elétrica e serviços prestados. O depósito caução possui o mesmo montante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e está assim representado:

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósito caução	430	430	1.869	1.576
<b>Total</b>	<b>430</b>	<b>430</b>	<b>1.869</b>	<b>1.576</b>

### 15. Patrimônio líquido

#### 15.1 Capital social

Em 18 de dezembro de 2024, foi aprovado, em Reunião Extraordinária de Sócios, um aumento de capital no valor de R\$ 10.000, mediante integralização pelos sócios, proporcionalmente à sua participação societária, com emissão de novas quotas. Desse montante, R\$ 5.100 foram integralizados pelo sócio Santa Maria Participações S.A. e R\$ 4.900 pelo sócio Espírito Santo Energia e Participações Ltda.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia possuía a seguinte composição e distribuição:

Composição	31/12/2024		31/12/2023	
	Quotas	R\$ mil	Quotas	R\$ mil
Capital social subscrito	20.000.000	20.000	10.000.000	10.000
<b>Capital social integralizado</b>	<b>20.000.000</b>	<b>20.000</b>	<b>10.000.000</b>	<b>10.000</b>

Sócios	31/12/2024			31/12/2023		
	Quotas	R\$ mil	%	Quotas	R\$ mil	%
Santa Maria Participações S.A.	10.200.000	10.200	51,00	5.100.000	5.100	51,00
Espírito Santo Energia e Participações Ltda.	9.800.000	9.800	49,00	4.900.000	4.900	49,00
<b>Total do capital social</b>	<b>20.000.000</b>	<b>20.000</b>	<b>100,00</b>	<b>10.000.000</b>	<b>10.000</b>	<b>100,00</b>

#### 15.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Reserva retenção de lucros	41.000	48.712
Lucro do exercício a deliberar (a)	9.770	-
<b>Total</b>	<b>50.770</b>	<b>48.712</b>

(a) **Lucro do exercício a deliberar:** refere-se ao lucro líquido do exercício de 2024, apurado para posterior deliberação em reunião dos sócios. O valor se encontra líquido dos lucros antecipados no exercício, conforme deliberado em Reunião Extraordinária de Sócios (Nota Explicativa nº 15.3).

### 15.3 Lucro distribuído no exercício

Nos termos da Reunião Ordinária de Sócios realizada em 25 de março de 2024, foi aprovada a distribuição de lucros pela Companhia no valor total de R\$ 7.712, pagos dentro do exercício. Em 18 de dezembro de 2024, mediante Reunião Extraordinária de Sócios, foi aprovada a distribuição antecipada de lucros no valor total de R\$ 10.000.

### 16. Receita operacional líquida

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”), cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber.

Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional bruta</b>				
Comercialização de energia elétrica	305.585	136.095	305.585	136.095
Comercialização de energia elétrica - Partes relacionadas	55.082	40.834	55.082	40.834
Outras receitas operacionais	12.273	74	18.043	2.965
Outras receitas operacionais - Partes relacionadas	-	-	764	190
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>372.940</b>	<b>177.003</b>	<b>379.474</b>	<b>180.084</b>
<b>(-) Outras Deduções de Receita</b>				
Descontos Concedidos	-	-	(6)	-
<b>Total deduções de receita</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>-</b>
<b>(-) Tributos sobre a receita</b>				
PIS	(5.961)	(2.790)	(6.004)	(2.810)
COFINS	(27.454)	(12.850)	(27.650)	(12.942)
ICMS	(11.677)	(7.925)	(11.677)	(7.925)
ISSQN	-	-	(130)	(62)
<b>Total dos tributos sobre a receita</b>	<b>(45.092)</b>	<b>(23.565)</b>	<b>(45.461)</b>	<b>(23.739)</b>
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>327.848</b>	<b>153.438</b>	<b>334.007</b>	<b>156.345</b>

### 17. Custos e outras receitas e despesas operacionais

Os custos e outras receitas e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza de gastos	Custos operacionais			Despesas operacionais	31/12/2024	31/12/2023
	Com energia elétrica	De operação	Total			
Energia elétrica comprada para revenda	(290.972)	-	(290.972)	-	(290.972)	(131.819)
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	(7.642)	-	(7.642)	-	(7.642)	(11.422)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	(770)	-	(770)	-	(770)	(251)
Pessoal	-	(1.610)	(1.610)	-	(1.610)	(1.025)
Serviços de terceiros	-	(2.674)	(2.674)	-	(2.674)	(1.186)
Arrendamentos e aluguéis	-	(72)	(72)	-	(72)	(47)
Depreciação e amortização	-	(251)	(251)	-	(251)	(192)
Administradores	-	-	-	(324)	(324)	(304)
Materiais	-	-	-	(27)	(27)	(19)
Tributos	-	-	-	(46)	(46)	(11)
Seguros	-	(8)	(8)	-	(8)	-
(-) Recuperação de despesas	-	-	-	52	52	58
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	(4)	(4)	(41)
Provisão	-	-	-	(338)	(338)	-
Gastos diversos	-	-	-	(1.284)	(1.284)	(262)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(546)	(546)	28.353
<b>Total</b>	<b>(299.384)</b>	<b>(4.615)</b>	<b>(303.999)</b>	<b>(2.517)</b>	<b>(306.516)</b>	<b>(118.168)</b>

Natureza de gastos	Custos operacionais			Outras receitas (despesas) operacionais	31/12/2024	31/12/2023
	Com energia elétrica	De operação	Total			
Energia elétrica comprada para revenda	(290.972)	-	(290.972)	-	(290.972)	(131.819)
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	(7.642)	-	(7.642)	-	(7.642)	(11.422)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	(770)	-	(770)	-	(770)	(251)
Pessoal	-	(2.480)	(2.480)	-	(2.480)	(1.513)
Serviços de terceiros	-	(2.832)	(2.832)	-	(2.832)	(1.228)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	-	(64)	(64)	-	(64)	(29)
Arrendamentos e aluguéis	-	(72)	(72)	-	(72)	(47)
Depreciação e amortização	-	(260)	(260)	-	(260)	(199)
Administradores	-	-	-	(324)	(324)	(304)
Materiais	-	-	-	(27)	(27)	(20)
Tributos	-	-	-	(46)	(46)	(11)
Seguros	-	(8)	(8)	-	(8)	-
(-) Recuperação de despesas	-	-	-	52	52	58
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	(4)	(4)	(41)
Provisão	-	-	-	(386)	(386)	-
Gastos diversos	-	-	-	(1.298)	(1.298)	(267)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(546)	(546)	28.353
<b>Total</b>	<b>(299.384)</b>	<b>(5.716)</b>	<b>(305.100)</b>	<b>(2.579)</b>	<b>(307.679)</b>	<b>(118.740)</b>

### 18. Resultado financeiro

Composição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.930	1.525	2.149	1.680
Multas e acréscimos moratórios	76	59	85	68
Outras receitas financeiras	85	99	85	99
	<b>2.091</b>	<b>1.683</b>	<b>2.319</b>	<b>1.847</b>
<b>(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras</b>				
PIS	(13)	(11)	(13)	(11)
COFINS	(83)	(67)	(83)	(67)
	<b>(96)</b>	<b>(78)</b>	<b>(96)</b>	<b>(78)</b>
	<b>1.995</b>	<b>1.605</b>	<b>2.223</b>	<b>1.769</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Ajuste a valor presente	(23)	(26)	(23)	(26)
Outras despesas financeiras	(17)	(14)	(17)	(14)
	<b>(40)</b>	<b>(40)</b>	<b>(40)</b>	<b>(40)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.955</b>	<b>1.565</b>	<b>2.183</b>	<b>1.729</b>

### 19. Impostos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base no regime do lucro real, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Composição	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	27.737	38.967
Alíquota	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(9.431)</b>	<b>(13.249)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	1.513	725
Outras	(49)	(19)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(7.967)</b>	<b>(12.543)</b>
IRPJ e CSLL corrente	(8.268)	(2.811)
IRPJ e CSLL diferido	301	(9.732)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>28,72%</b>	<b>32,19%</b>

## Resultados de 2024

Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no regime do lucro presumido, considerando as seguintes premissas: (i) imposto de renda - base de cálculo de 32% da receita, alíquota de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestralmente; e (ii) contribuição social - base de cálculo de 32% da receita e alíquota de 9%. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a receita bruta auferida trimestralmente, acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia. A Controlada não possui imposto de renda e contribuição social diferidos.

Composição	Controlada			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Demonstração do cálculo dos tributos:</b>				
Receita de operações com serviços prestados	6.481	3.081	6.481	3.081
Percentual de presunção do lucro	32%	32%	32%	32%
Lucro presumido	2.074	986	2.074	986
(+) Demais receitas e rendas	281	164	281	164
(=) Base de Cálculo	2.355	1.150	2.355	1.150
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	352	173	211	103
Base de cálculo do adicional do IRPJ	2.115	910		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	211	91		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	563	263	211	103
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>563</b>	<b>263</b>	<b>211</b>	<b>103</b>
<b>Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL</b>	<b>23,90%</b>	<b>22,91%</b>	<b>9,00%</b>	<b>9,00%</b>

Composição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL corrente	(9.042)	(3.178)
IRPJ e CSLL diferido (a)	301	(9.732)
<b>Total</b>	<b>(8.741)</b>	<b>(12.910)</b>

(a) **IRPJ e CSLL diferido:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social corrente. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando necessário.

### 20. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

#### 20.1 Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos celebrados pela Companhia visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

A Companhia avalia seus contratos, sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos não se destinam apenas a entrega da energia (“uso próprio”, conforme termo utilizado pelo CPC 48), mas para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser liquidados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro.

A Companhia reconhece de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (“contratos futuros”), mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizando as melhores informações disponíveis e observáveis. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, ativos estes não negociados em mercados ativos.

O valor justo dos contratos futuros de energia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontram demonstrados a seguir:

<b>Instrumentos Financeiros (Contratos Futuros)</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Ganho temporário – ativo circulante	19.355	30.698
Ganho temporário – ativo não circulante	181.265	140.404
Perda temporária – passivo circulante	-	(11.927)
Perda temporária – passivo não circulante	(132.766)	(90.720)
<b>Valor justo em aberto</b>	<b>67.854</b>	<b>68.455</b>

<b>Movimentação</b>	<b>Valor Justo</b>	<b>PIS/COFINS</b>	<b>Resultado</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>68.455</b>	<b>(6.331)</b>	<b>-</b>
Ingressos	(21.747)	2.012	(19.735)
Variação Valor Presente	(5.020)	464	(4.556)
Marcação a mercado valores derivativos de energia	46.330	(4.286)	42.044
Realizado	(20.164)	1.865	(18.299)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>67.854</b>	<b>(6.276)</b>	<b>(546)</b>

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações destes contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2024 e 2023. O valor justo foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias próprias de avaliação, como consequência, as estimativas não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

## **20.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- (a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, considerando suas respectivas características, como: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

## Resultados de 2024

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Nível	Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>		<b>276.533</b>	<b>206.419</b>	<b>276.533</b>	<b>206.419</b>
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixas	2	27.117	16.371	27.117	16.371
Contas a receber de clientes e outros	2	48.796	18.946	48.796	18.946
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	3	200.620	171.102	200.620	171.102
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>		<b>180.135</b>	<b>119.086</b>	<b>180.135</b>	<b>119.086</b>
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	47.369	16.439	47.369	16.439
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	3	132.766	102.647	132.766	102.647

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são fundamentadas na semelhança significativa desses instrumentos com aqueles que seriam negociados no mercado.

### 20.3 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é uma ferramenta fundamental no âmbito das práticas de Governança Corporativa, estando perfeitamente alinhado ao processo de planejamento dos objetivos estratégicos da Companhia. Esse enfoque proativo permite identificar, avaliar e responder de forma eficiente a eventos ou situações que possam representar ameaças para as estratégias planejadas do negócio.

Os riscos, que são esses eventos ou situações indesejáveis, podem emergir de várias fontes, tais como incertezas econômicas, mudanças regulatórias, desastres naturais e falhas tecnológicas, entre outras. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, caso ocorram, minimizar seu impacto sobre o negócio.

Para garantir a estabilidade da liquidez e rentabilidade da Companhia, são monitorados todos os riscos que possam comprometer seu desempenho. Nesse contexto, são recomendadas estratégias de proteção, como o uso de hedge, para mitigar os riscos associados a fatores como câmbio, juros e inflação, sempre em conformidade com as estratégias definidas.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### 20.3.1 Risco de oscilação de preços (volatilidade)

Risco proveniente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao impacto das flutuações dos preços de mercado sobre as exposições energéticas do portfólio resultantes da diferença entre o volume total de compras e de vendas dos contratos a termo firmados para diferentes maturidades.

Tal risco é mensurado individualmente para cada período de exposição e para todo o portfólio pela aplicação da metodologia “*Conditional Value at Risk*” (CVAR) com intervalos de confiança de 95% e 98%, tendo como base os preços históricos de mercado, de acordo com a maturidade de cada exposição.

Além da aplicação do CVAR a 95% e a 98%, adota-se teste de estresse (“*Stress test*”) para obtenção das perdas possíveis em caso de liquidação da integralidade das exposições energéticas, de todas as maturidades, aos valores dos limites regulatórios mínimo e máximo definidos pela ANEEL para o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

O monitoramento periódico desse risco pela Companhia permite que as exposições energéticas do portfólio sejam ajustadas, quando aplicável, com a antecedência necessária para a mitigação do risco de eventuais perdas.

### 20.3.2 Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que impactem os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

### 20.3.3 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

- **Risco de crédito de contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. A Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes, além de exigir em seus contratos garantias, tendo como objetivo a minimização dos riscos de inadimplência.

- **Risco de crédito de instituições financeiras**

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

### 20.3.4 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos e a desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 26.071 (R\$ 15.908 em 2023).

### 21. Saldos e transações entre partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Tipo de transação	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (a)		3.284	3.385	43.011	27.787
Frisa Frigorífico Rio Doce S.A. (b)	Venda de Energia Elétrica	906	931	10.551	11.099
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda (b)		104	167	1.472	1.948
Arthur Arpini Coutinho (b)		5	-	48	-
<b>Total - Venda de Energia Elétrica</b>		<b>4.299</b>	<b>4.483</b>	<b>55.082</b>	<b>40.834</b>
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. (b)	Compra de Energia Elétrica	(180)	(189)	(1.475)	(2.019)
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (b)		(1.109)	(798)	(6.167)	(9.403)
<b>Total - Compra de Energia Elétrica</b>		<b>(1.289)</b>	<b>(987)</b>	<b>(7.642)</b>	<b>(11.422)</b>
<b>Total - Saldos e transações entre partes relacionadas</b>		<b>3.010</b>	<b>3.496</b>	<b>47.440</b>	<b>29.412</b>

(a) Refere-se ao contrato de comercialização de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, submetido à anuência da ANEEL e aprovado no dia 15 de setembro de 2020, conforme Despacho nº 2.666.

(b) Referem-se a contratos de compra e venda de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL.

\* \* \*



---

**ADMINISTRAÇÃO**

---

**Henrique Barbieri Coutinho**  
Administrador

**Vigilato Pereira Dias Neto**  
Administrador

---

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

## **CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório dos auditores independentes.**

Os administradores e o contador da Companhia declaram que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Colatina, 17 de março de 2025.

---

### **ADMINISTRAÇÃO**

---

**Henrique Barbieri Coutinho**  
Administrador

**Vigilato Pereira Dias Neto**  
Administrador

---

### **DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da  
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.  
Colatina - ES

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2025

Mazars Auditores Independentes  
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque  
CRC CE019775/O-9 T-RJ